



CONCURSO DE ADMISSÃO / 2018 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE  
OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR / 2019

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS  
E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA: DIREITO

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

1. Esta prova é constituída de 70 itens de múltipla escolha distribuídos em 23 páginas numeradas, excluindo esta capa e 01 cartão de respostas. A prova esta assim dividida:
  - a. Conhecimento Gerais (itens numerados de 01 a 30):
    - Geografia do Brasil, História do Brasil e Língua Portuguesa
  - b. Conhecimentos Específicos (itens numerados de 31 a 70):
    - Administração.
2. Havendo falta de páginas ou defeitos de impressão, comunique ao aplicador.
3. **IMPORTANTE:** antes de iniciar a solução da prova, preencha o alvéolo correspondente à sua área no cartão de respostas. (opção  1  CFO/OC)
4. As provas e seus gabaritos serão disponibilizados no sítio da Escola em [www.esfcec.ensino.eb.br](http://www.esfcec.ensino.eb.br) para consulta.
5. Tempo total destinado à realização da prova: 04 (quatro) horas.
6. Leia os itens com atenção. Você disporá dos 15 primeiros minutos, após o início da prova, para tirar dúvidas relacionadas, adenas, à impressão e montagem desta prova.
7. A interpretação dos itens faz parte da resolução. Os aplicadores não responderão a perguntas dessa natureza.
8. A prova é estritamente individual, sendo proibida a consulta a qualquer tipo de documento.
9. Os candidatos somente poderão sair do local de prova depois de transcorridos dois terços do tempo total destinado à realização da prova, ou seja, duas horas e quarenta minutos após o seu início.
10. A partir dos últimos trinta minutos um aplicador, de 10 em 10 minutos, avisará o tempo que falta para o término da prova. O último aviso será dado faltando 01 minuto.
11. Utilize somente **caneta esferográfica de tinta azul ou preta** para assinalar e marcar as suas respostas no cartão de respostas.
12. A correção do cartão de respostas é feita por sistema de leitura ótica. Portanto, é de fundamental importância o correto preenchimento de todos os campos do cartão de respostas, sendo o mesmo de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato.
13. Ao terminar a prova levante o braço e aguarde, sentado, até que o fiscal de sala venha recolher o seu cartão de respostas e a sua prova. **Retire-se em silêncio**, após ser atendido pelo oficial aplicador.
14. **Observação:** O caderno de questões e as folhas de rascunho somente poderão ser levadas pelo candidato após o término do tempo total da prova.

**BOA PROVA!!!**

**INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS**  
(CA/2018 AO CFO/QC/2019)

**1. ORIENTAÇÕES GERAIS:**

- a. Utilize **SOMENTE** caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- b. Preencha **COMPLETAMENTE** os alvéolos; e
- c. **NÃO** ultrapasse os limites dos alvéolos.

**2. PREENCHIMENTO DA IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:**

a. Preencha o ANO do processo seletivo, o NOME da sua ÁREA, o seu NOME COMPLETO, a sua Guarnição de Exame (GE) e o número da sua SALA.

Vejamos o **exemplo**: candidato com NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01739-6, FULANO DE TAL, realizará a prova para DIREITO no COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO, na sala nº 500.

MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEX DESMIL EsFCEX
<b>C A R T Ã O D E R E S P O S T A S</b>
ANO: 2018      ÁREA: DIREITO
NOME: FULANO DE TAL
GE: Rio de Janeiro - C M R J
SALA: 500

b. Preencha o seu número de inscrição na primeira coluna vertical à esquerda. Agora, realize a marcação de cada algarismo deste número no alvéolo correspondente da coluna da direita.

Exemplo: NÚMERO DE INSCRIÇÃO 017396.

I	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
N	1	0	2	3	4	5	6	7	8	9
S	7	0	1	2	3	4	5	6	8	9
C	3	0	1	2	4	5	6	7	8	9
R	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8
I	6	0	1	2	3	4	5	7	8	9
Q	CA	CFO/QC	2	EIA-OCM						

**3. PREENCHIMENTO DAS RESPOSTAS:**

- a. O cartão contém o número dos itens e as alternativas possíveis (A, B, C, D e E); e
- b. Para cada item só é permitida a marcação de uma única resposta.

Atenção para o tempo limite da prova, pois não será concedido qualquer tempo extra para o preenchimento do Cartão de Respostas!

Veja o exemplo ao lado:

O candidato marcou :

para o item 01 a letra A

para o item 02 a letra C

para o item 03 a letra D

01	A	B	C	D	E	02	A	B	C	D	E	03	A	B	C	D	E

**4. ASSINATURA:**

Assine o seu nome dentro do espaço reservado para isso. Evite ultrapassar os limites.

Exemplo: candidato cujo nome é FULANO DE TAL.

*Fulano De Tal*

ASSINATURA

26. Assinale a alternativa que completa adequadamente a lacuna abaixo.
- “A \_\_\_\_\_ é um dos fatores linguísticos, de ordem semântica, que se revela potencialmente causadora da ambiguidade nos discursos e interações socio comunicativas.”
- (A) antonímia  
(B) hiperonímia  
(C) metáfora  
(D) polissemia  
(E) sinonímia
27. Ao se dizer algo visando produzir algum efeito, como o convencimento, a surpresa ou a persuasão, por exemplo, sobre o interlocutor de determinado contexto discursivo, pode-se identificar aí um ato:
- (A) Ilocucionário.  
(B) De implicação.  
(C) Locucionário.  
(D) De pressuposição.  
(E) Perlocucionário.
28. Assinale a alternativa que apresenta o fenômeno gramatical mais empregado como exercício do preconceito linguístico. (BAGNO, 2015)
- (A) Regência verbal.  
(B) Regência nominal.  
(C) Uso de vírgula.  
(D) Concordância verbal.  
(E) Concordância nominal.
29. Em relação aos aspectos relativos à coesão textual, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.
1. Déixis Pessoal      ( ) Relação existente entre pessoas que participam do discurso e marcada por pronomes de tratamento – como “magnífico” por exemplo.  
2. Déixis Textual      ( ) Uso de expressões em dado enunciado para fazer referência a algum trecho do discurso em que este enunciado se encontra.  
3. Déixis Espacial      ( ) Relação estabelecida a partir do uso de estruturas gramaticais, como os pronomes “eu” e “nós”, em determinados discursos.  
4. Déixis Social      ( ) Uso de determinadas expressões gramaticais que, no discurso, auxiliam a demonstrar distanciamento entre os interlocutores.
- (A) 2 – 3 – 1 – 4.  
(B) 3 – 1 – 4 – 2.  
(C) 4 – 2 – 1 – 3.  
(D) 1 – 4 – 3 – 2.  
(E) 3 – 4 – 2 – 1.
30. Assinale a alternativa que completa adequadamente a lacuna abaixo.
- \_\_\_\_\_ são as manifestações mais imediatas da identidade linguística dos falantes. Caracterizam-se por traços segmentais e por traços suprasegmentais.
- (A) Metalinguagens  
(B) Epilinguísticas  
(C) Linguagens  
(D) Erros  
(E) Sotaques

## DIREITO

## O TEXTO ABAIXO SE REFERE ÀS QUESTÕES 31 A 36

O Tenente Ringo que atuava na administração no quartel do Comando da 37ª Região Militar do Exército, era um dos responsáveis por licitação que visava a realizar uma obra naquele quartel.

Vendo que empresa de seu amigo civil John, guitarrista que tocava numa banda de rock com ele, participava da licitação, resolveu devassar o sigilo da licitação, revelando as propostas a esse amigo no dia **23 de abril de 2017**, de forma que este ganhasse a licitação. Ringo nada pediu, exigiu, nem recebeu em troca: fez “na base da amizade”.

Ringo notou que o Servidor Civil do Exército George percebera a armação. George era encarregado de conferir as licitações e relatar quaisquer irregularidades ao comando.

O Tenente Ringo conta a John que George percebera a armação e John, sem avisar a Ringo, pede a George, em **11 de junho de 2017**, que este não conte nada a ninguém. Apenas pede, sem nada acrescentar, e George afirma, **na mesma data**, que não vai contar a ninguém, mas solicita a John que, ao menos, lhe dê, quando puder, uns 2 mil reais, já que estava ajudando a empresa. John, de imediato, promete que dará tal ajuda.

A empresa de John vence a licitação, aproveitando-se da revelação das demais propostas e, em **setembro de 2017**, já está prestando serviços ao quartel. Em **3 de novembro de 2017**, lembrando do que solicitara George, e sendo aniversário de 33 anos deste, John entrega a ele os 2 mil reais solicitados e George agradece muito, pois já havia até esquecido.

Quando John estava entregando os 2 mil reais a George, a câmera de segurança da sala estava ativa e eles não perceberam.

Dois dias depois, em **5 de novembro de 2017**, o General de Divisão Paul, Comandante da Região Militar, estava assistindo às gravações do dia **3 de novembro de 2017**, testando o funcionamento das câmeras, e viu, surpreso, a gravação da entrega do dinheiro: que não tinha som, sendo impossível saber o que falavam. A gravação mostrava claramente que apenas os dois estavam na sala de George naquele momento. Paul jamais imaginara que George pudesse participar de algo assim. O General manda chamar John e George e indaga a eles do que se trata o ocorrido na filmagem. Como ninguém responde, o General manda colocar a tropa em forma, posiciona John e George diante da tropa, e os humilha

publicamente, dizendo que são dois energúmenos, safados, corruptos de quinta categoria e que queria poder chicoteá-los.

Após isso, libera a tropa, George e John, e instaura uma sindicância que concluiu pelos fatos terem ocorrido como relatado acima.

O Capitão Lennon, assessor jurídico do Comando da Região Militar, que cursou a EsFCEx, assessorara o General para instaurar o Inquerito Policial Militar em vez da sindicância, mas o General dissera que gostava muito do servidor e não queria ele preso, por isso queria uma solução administrativa para punir: mas não mandar para a justiça.

Todas as pessoas mencionadas não possuem antecedentes criminais nem registro de transgressões disciplinares.

31. Analisando a conduta do Tenente Ringo ao revelar as propostas para seu amigo John, assinale a única alternativa correta:

- (A) Ringo praticou crime licitatório com tipo penal vigente previsto na parte especial do Código Penal Militar e o crime é militar.
- (B) Ringo praticou crime licitatório comum, com tipo penal vigente previsto na legislação comum.
- (C) Ringo praticou crime licitatório, com tipo penal vigente previsto na legislação comum, mas o crime é militar.
- (D) A conduta de Ringo foi atípica vez que não teve qualquer intenção de se locupletar, tratando-se de transgressão disciplinar.
- (E) Ringo praticou crime militar de prevaricação.

32. Analisando toda a conduta do Servidor Civil George, assinale a única alternativa correta:

- (A) George praticou o crime militar de concussão em 11 de junho de 2017.
- (B) George praticou o crime comum de corrupção passiva em 11 de junho de 2017.
- (C) George praticou o crime militar de corrupção passiva em 11 de junho de 2017.
- (D) George praticou o crime comum de corrupção passiva em 3 de novembro de 2017.
- (E) George praticou o crime militar de corrupção passiva em 3 de novembro de 2017.

33. Quanto ao proceder do General Paul, para apuração dos fatos, logo após assistir ao vídeo e chamar John e George que ficaram calados, considerando o conhecimento que o General tinha dos fatos (baseado no que vira na câmera), assinale a única alternativa correta:
- (A) O General Paul deveria ter seguido a assessoria do Capitão Lennon e instaurado o IPM. Praticou crime militar por não tê-lo feito nos termos narrados.
  - (B) O General Paul agiu corretamente ao instaurar sindicância não seguindo a assessoria do Capitão Lennon, mas o motivo alegado não era a justificativa para tal. O motivo era a falta de indícios de crime na cena que presenciara.
  - (C) Seria correto o General Paul ter dado voz em prisão e providenciado a lavratura de auto de prisão em flagrante. Praticou crime militar por não tê-lo feito.
  - (D) Havendo apenas as imagens, sem som, e sem qualquer declaração de John e George, havia séria dúvida e, portanto, seria constrangimento ilegal a instauração de IPM.
  - (E) O Servidor Civil George era um assemelhado e deveria ser preso disciplinarmente para preservação da disciplina, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército, iniciando-se após isso a apuração dos fatos. O General praticou crime militar por não tê-lo feito.

**O TEXTO ABAIXO COMPLEMENTA O ANTERIOR  
NA RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 33 A 36**

Após o relatado no texto inicial, o Capitão Lennon fica revoltado com o desprezo por sua opinião jurídica.

Em 5 de dezembro de 2017, Lennon surta e resolve “dizer umas verdades” para o General Paul e, na presença de George, aborda Paul e diz que o General só faz o que quer e que ele está cansado de trabalhar com o General. Sai correndo da sala, deixa o quartel e só volta na formatura matinal do dia 7 de dezembro de 2017.

Nesse retorno, ao ser abordado pelo General Paul, que ia lhe repreender, Lennon surta novamente em frente aos soldados da guarda ao quartel e diz que não reconhece que um ‘Generalzinho de quinta’, indigno do Generalato e da

farfa, tenha autoridade para falar assim com ele e sai da sala, trancando-se no alojamento de oficiais.

De dentro do alojamento de oficiais, Lennon liga imediatamente para seu pai, o civil Harrison, pedindo para este ir buscá-lo de carro no quartel. Minutos depois, sai pela janela do alojamento e segue para o portão do quartel: cruzando-o.

Quando Lennon vai entrar no carro, fora do quartel, é abordado pelo General Paul. Sem dar tempo para este falar qualquer coisa, começa a espancar o General, sendo ajudado por Harrison, que saltou do carro ao ver a pancadaria para ajudar o filho.

Eles deixam Paul caído e desmaiado, e saem do local no carro. Lennon não retorna mais ao quartel e passa à condição de desertor. Paul sofreu com isso lesões corporais e só teve condições físicas de retornar ao trabalho em 31 de janeiro de 2018.

34. Como narrado acima, o Capitão Lennon saiu correndo da sala, deixou o quartel e só voltou na formatura matinal do dia 7 de dezembro de 2017. A seguir assinale a alternativa correta em razão dessa conduta de Lennon.

- (A) Deveria ter sido lavrada parte de ausência, vez que esta é prevista para qualquer modalidade de deserção e decorreu o prazo para tal.
- (B) Embora prevista para qualquer modalidade de deserção, não deveria ser lavrada parte de ausência, porque não decorreu o prazo para tal.
- (C) A parte de ausência não é prevista para todas as modalidades de deserção, mas deveria ter sido lavrada, porque se aplica e porque decorreu o prazo para tal.
- (D) A parte de ausência não é prevista para todas as modalidades de deserção e não deveria ter sido lavrada, porque apesar de se aplicar a casos de tal natureza, não decorreu o prazo para tal.
- (E) Não deveria ser lavrada parte de ausência, porque não é prevista para a hipótese, independente de prazo.



35. Como narrado acima, ao ser abordado pelo General Paul que ia lhe repreender, o Capitão Lennon surta novamente em frente aos soldados da guarda ao quartel e disse que não reconhecia que um “Generalzinho de quinta”, indigno do Generalato e da farda tivesse autoridade para falar assim com ele. Sobre essa conduta de Lennon, assinale a única alternativa correta:
- (A) Caracteriza crime militar de desrespeito a superior e poderia ter havido prisão em flagrante, sendo que o Código de Processo Penal Militar (CPPM) veda a liberdade provisória nesse caso.
- (B) Caracteriza crime militar de desacato a superior e poderia ter havido prisão em flagrante, sendo que o CPPM veda a liberdade provisória nesse caso.
- (C) Caracteriza crime militar de desrespeito a superior e poderia ter havido prisão em flagrante, sendo que o CPPM permite a liberdade provisória nesse caso.
- (D) Caracteriza crime militar de desacato a superior e poderia ter havido prisão em flagrante, sendo que o CPPM permite a liberdade provisória nesse caso.
- (E) Não poderia haver prisão em flagrante nesse caso.
36. Como narrado acima, Lennon e Harrison deixaram Paul caído e desmaiado e saíram do local no carro. Lennon não retornou mais ao quartel e passou à condição de desertor. Considerando que o dia 7 de dezembro de 2017 era uma quinta-feira, e que os finais de semana seguintes (sábados e domingos) foram respectivamente em 9 e 10, 16 e 17 e 23 e 24. Assinale a alternativa correta acerca de Lennon:
- (A) Passou à condição de desertor em 16 de dezembro de 2017 e seu pai responderá junto com ele por auxiliar na deserção
- (B) Passou à condição de desertor em 16 de dezembro de 2017 e seu pai não responderá junto com ele apesar de ter auxiliado na deserção.
- (C) Passou à condição de desertor em 15 de dezembro de 2017 e seu pai não responderá junto com ele apesar de ter auxiliado na deserção.
- (D) Passou à condição de desertor na segunda-feira, dia 18 de dezembro, primeiro dia útil após o fim de semana.
- (E) Passou à condição de desertor em 15 de dezembro de 2017 e seu pai responderá junto com ele pelo crime de deserção.
37. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) A competência da Justiça Militar acaba por se confundir com o conceito de crime militar, vez que sempre compete a uma Justiça Militar – estadual, distrital ou da União – o processo e julgamento dos crimes militares.
- ( ) A chamada “Regra dos 6 passos” permite diferenciar a lesão corporal grave da leve.
- ( ) Mesmo antes da vigência da lei 13.491/2017, a redação da cognominada “Lei dos crimes hediondos” não impedia sua aplicação ao crime militar de tráfico de drogas.
- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – F.
38. Em um processo a que responde apenas o Tenente reformado George, a defesa deste requer o indeferimento de uma testemunha arrolada pelo Ministério Público Militar (MPM). Assinale a alternativa correta que indica por quem o requerido deve ser decidido:
- (A) Pelo Juiz-Auditor (ou Juiz-auditor substituto).
- (B) Pelo Presidente do Conselho Permanente de Justiça.
- (C) Pelo Presidente do Conselho Especial de Justiça.
- (D) Pelo voto dos integrantes do Conselho Permanente de Justiça.
- (E) Pelo voto dos integrantes do Conselho Especial de Justiça.

39. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Com a vigência Lei nº 13.491/17 que causou grande mudança no conceito de crime militar, quando um crime estiver previsto no Código Penal Militar (CPM) e no Código Penal (CP) comum, prevalecerá, via de regra, o tipo penal contido no CPM, em razão de a lei ser de direito material e por a lei especial prevalecer sobre a comum.
- ( ) Segundo Guilherme Rocha, crime militar por equiparação seria o crime não previsto no CPM, mas apenas na legislação comum, que passou a ser crime militar, com a vigência da Lei nº 13.491/17, caso se enquadre em hipótese do artigo 9º do CPM.
- ( ) Se um Policial Militar mantiver em sua mesa, no quartel, uma arma ilegal, com numeração raspada, mesmo com a vigência da Lei nº 13.491/17 o crime será comum, pois a lei fez mudanças apenas em relação aos crimes militares federais.
- (A) F – F – V.  
(B) V – V – F.  
(C) F – V – F.  
(D) V – V – V.  
(E) F – F – F.
40. Considerando crimes praticados em tempo de guerra, em teatro de operações militares ou em território estrangeiro militarmente ocupado por forças brasileiras, ressalvado o disposto em tratados e convenções internacionais, assinale a única alternativa correta:
- (A) O Capitão de fragata John praticou crime militar. Será julgado pelo Conselho de Justiça que terá que ser composto por um juiz-auditor (ou substituto) e dois oficiais da Marinha mais antigos ou superiores a ele.
- (B) O Capitão de fragata John praticou crime militar. Será julgado pelo Conselho de Justiça que terá que ser composto por um juiz-auditor (ou substituto) e dois oficiais, que a lei permite até que sejam de outra Força Armada, mais antigos ou superiores a ele.
- (C) O General de Exército Paul praticou crime militar de corrupção no exercício do comando do teatro de operações. Será processado e julgado pelo Conselho Superior de Justiça em ação penal pública, condicionada esta a requisição pelo Presidente da República.
- (D) O General de Exército Paul praticou crime militar de corrupção no exercício do comando do teatro de operações. Será processado e julgado pelo Conselho Superior de Justiça em ação penal pública, condicionada esta a requisição pelo ministro da Defesa.
- (E) O General de Exército Paul praticou crime militar de corrupção no exercício do comando do teatro de operações. Será processado e julgado pelo Superior Tribunal Militar, em ação penal pública, condicionada esta a requisição pelo ministro da Defesa.

41. Considere a seguinte situação hipotética: “Tício, custodiado cautelarmente em decorrência de suposta prática do crime de roubo, foi regularmente intimado para comparecer a audiência de instrução e julgamento. Na mencionada audiência, foi realizada a oitiva dos policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante de Tício, além de funcionários da loja de produtos eletrônicos onde teria ocorrido o delito. A intimação do réu se deu pessoalmente, por mandado. Tomando conhecimento, na audiência, da ausência de Tício em decorrência de omissão estatal, o defensor público responsável por sua defesa dispensou sua presença. Após ter seguido seus regulares trâmites, a sentença condenatória foi proferida”. De acordo com a situação hipotética acima descrita, é correto afirmar que:
- (A) A presença na audiência de instrução e julgamento do réu devidamente intimado, preso ou solto, é obrigatória, sob pena de nulidade absoluta.
- (B) A presença na audiência de instrução e julgamento do réu solto devidamente intimado é facultativa, e a do réu preso devidamente intimado é obrigatória, sob pena de nulidade absoluta.
- (C) A presença na audiência de instrução e julgamento do réu preso devidamente intimado é facultativa, e a do réu solto devidamente intimado é obrigatória, sob pena de nulidade absoluta.
- (D) O defensor público possui prerrogativa para dispensar em audiência a presença de réu por ele assistido que tenha sido devidamente intimado.
- (E) O réu preso devidamente intimado possui o direito, mas não a obrigatoriedade, de comparecer à audiência, sendo este um ato personalíssimo.
42. No tocante ao tema das nulidades no processo penal, assinale as afirmativas a seguir, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) A nulidade decorrente da não observância da competência penal por prevenção é relativa.
- ( ) É nulo o julgamento da apelação se o réu não for previamente intimado para constituir novo defensor após a manifestação nos autos da renúncia do seu único defensor.
- ( ) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, suprindo esta nulidade a nomeação de defensor dativo.
- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.
43. Considere a seguinte situação hipotética: “Semprônio praticou dois delitos, em concurso material de crimes. Ao primeiro, a lei comina pena de detenção, de seis meses a dois anos. Já ao segundo ilícito a lei comina pena de detenção, de seis meses a três anos e multa”. Neste caso:
- (A) Semprônio terá direito à composição civil dos danos, apenas.
- (B) Semprônio terá direito à transação penal, apenas.
- (C) Semprônio terá direito à composição civil dos danos e à transação penal.
- (D) Semprônio terá direito à suspensão condicional do processo, desde que não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- (E) Semprônio não terá direito à composição civil dos danos, à transação penal e nem à suspensão condicional do processo.



44. Com relação ao delito culposo, assinale as afirmativas a seguir, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) O direito penal brasileiro admite a compensação de culpas.
- ( ) A culpa consciente ocorre quando o agente, apesar de não querer a realização do tipo, assume o risco da produção do resultado.
- ( ) A violação de um dever objetivo de cuidado é suficiente para a configuração do delito culposo.
- (A) F – F – F.  
(B) F – F – V.  
(C) V – F – F.  
(D) V – V – F.  
(E) V – F – V.
45. Considere a seguinte situação hipotética: “Mévio, portando um fuzil, está diante de Caio, Tício e Semprônio, seus desafetos, todos desarmados. No intuito de matá-los, exige que fiquem em fila, um atrás do outro. Mévio posta a arma na altura do peito do primeiro da fila, Caio, e desfeve um único tiro, que transfixa todos os corpos na mesma região, causando a morte das vítimas.” Com base no relato acima, assinale a alternativa correta sobre a prática realizada.
- (A) Três homicídios dolosos em concurso material.  
(B) Três homicídios dolosos em concurso formal próprio.  
(C) Três homicídios dolosos em concurso formal impróprio.  
(D) Um homicídio doloso, em decorrência da unidade de desígnios.  
(E) Um homicídio doloso, em concurso material.
46. À luz da Lei nº 12.850/2013 (Organizações Criminosas) assinale a afirmativa correta:
- (A) Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas mínimas sejam superiores a três anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- (B) As penas aumentam-se até o dobro se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- (C) A pena é agravada para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, devendo este para tanto praticar pessoalmente atos de execução.
- (D) A pena é aumentada de um sexto a dois terços se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.
- (E) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de oito anos concomitantes ao cumprimento da pena.
47. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna abaixo.
- “De acordo com o princípio \_\_\_\_\_, os benefícios da seguridade Social são concedidos a quem efetivamente necessita deles, sendo a Seguridade Social um sistema de concretização de justiça social e de desconcentração de riquezas”.
- (A) da precedência da fonte de custeio  
(B) da equidade de participação no custeio  
(C) da irreduzibilidade do valor dos benefícios  
(D) da universalidade da cobertura e do atendimento  
(E) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços

48. Assinale a alternativa que NÃO DESCARACTERIZA a condição de segurado especial.
- (A) A associação em cooperativa, salvo de agropecuária ou de crédito rural.
  - (B) A exploração da atividade turística da propriedade rural, exceto com hospedagem.
  - (C) Ser beneficiário de programa assistencial oficial de governo, salvo se fizer parte de grupo familiar em que algum componente que seja beneficiário.
  - (D) A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até cinquenta por cento de imóvel rural cuja área total não seja superior a quatro módulos fiscais, exceto se outorgante e outorgado continuarem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.
  - (E) A utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal.
49. Considere a seguinte situação hipotética: “Semprônio, atleta profissional de futebol, em dissídio individual proposto contra o clube de futebol Esporte Clube Coqueiro, reivindica o pagamento de verbas salariais, atribuindo à causa o valor de 100 salários mínimos”. Neste caso, à luz da legislação em vigor, Semprônio poderá indicar até:
- (A) 2 testemunhas.
  - (B) 3 testemunhas.
  - (C) 4 testemunhas.
  - (D) 6 testemunhas.
  - (E) 8 testemunhas.
50. De acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, assinale as afirmativas a seguir, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
  - ( ) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
  - ( ) A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
- (A) F – F – F.
  - (B) F – F – V.
  - (C) F – V – V.
  - (D) V – F – F.
  - (E) V – V – V.

51. No que diz respeito ao princípio da precaução, assinale a alternativa correta:

- (A) Foi explicitado pioneiramente com o advento da Lei nº 11.105/2005.
- (B) A precaução existe para prevenir a ocorrência de degradação ambiental quando há um risco certo, concreto e conhecido.
- (C) Tendo em vista que a ciência não tem conhecimento suficiente sobre os organismos geneticamente modificados, deve-se utilizar a técnica da prevenção.
- (D) Visa a estabelecer uma consciência ambiental de uso racional dos recursos naturais, sendo que aqueles que utilizarem tais recursos, especialmente com finalidades econômicas, deverão pagar pela utilização.
- (E) Sempre que exista perigo de ocorrência de grave ou irreversível dano, a falta de absoluta certeza científica não será utilizada como motivação para que seja adiada a adoção de medidas hábeis a impedir a degradação ambiental.

52. Sabendo-se que o Tribunal Penal Internacional (TPI) possui competência para julgar os mais graves crimes contra a comunidade internacional no seu conjunto, assinale as afirmativas sobre os crimes de competência do TPI, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Exemplos de crimes de competência do TPI são o genocídio e crimes de guerra, desde que ocorridos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma, em 2002.
- ( ) A sede do Tribunal Penal Internacional é em Haia, sendo certo que, ainda que entenda conveniente, o Tribunal não poderá funcionar em outro local.
- ( ) O Tribunal Penal Internacional poderá exercer a sua competência em relação ao crime de terrorismo desde que seja aprovada uma disposição em que se defina o crime e se enunciem as condições em que o Tribunal terá competência relativamente a ele.

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

53. De acordo com o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), assinale a alternativa correta:

- (A) O Juízo de Instrução deverá realizar a audiência de instrução na presença do acusado, a fim de apreciar os fatos constantes da acusação com base nos quais o procurador pretende requerer o julgamento, ainda que o acusado tenha renunciado ao seu direito a estar presente.
- (B) O TPI possui competência para julgar pessoas físicas e jurídicas.
- (C) Nenhuma pessoa poderá ser julgada por outro tribunal por um crime de competência do TPI, relativamente ao qual já tenha sido condenada ou absolvida pelo TPI.
- (D) Haia vista a gravidade dos crimes previstos no Estatuto de Roma, admite-se o recurso à analogia.
- (E) A qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público, em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal nos termos do Estatuto de Roma, mas poderá constituir motivo de redução da pena.

54. De acordo com o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949, assinale as afirmativas a seguir, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Os motivos são considerados conflitos armados nos termos do Protocolo.
- ( ) Em decorrência da excepcionalidade do contexto de guerra, é permitida a tomada de reféns dentre aqueles que não participem diretamente das hostilidades, ou que tenham deixado de participar delas.
- ( ) O pessoal sanitário e religioso será respeitado e protegido. Ser-lhe-á proporcionada toda a ajuda disponível ao desempenho de suas funções e não se lhes obrigará a realizar tarefas que não sejam compatíveis com sua missão humanitária.
- (A) F – F – F.  
(B) F – F – V.  
(C) F – V – V.  
(D) V – F – F.  
(E) V – V – V.
55. À luz do uso da força na Carta das Nações Unidas e da contribuição da República Federativa do Brasil com as forças de paz da ONU, assinale as afirmativas a seguir, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Todos os membros da ONU deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.
- ( ) É proibido o emprego de armas, projéteis, materiais e métodos de combate de tal índole que causem males supérfluos ou sofrimentos desnecessários.
- ( ) Nenhum ataque armado contra um Membro das Nações Unidas é hábil a justificar o direito de legítima defesa individual ou coletiva.
- (A) V – V – F.  
(B) F – F – V.  
(C) F – V – V.  
(D) V – F – F.  
(E) V – V – V.

56. Assinale a alternativa correta sobre o nome do instituto do Direito Administrativo em que o Estado pode utilizar de bens imóveis ou de serviços do particular com posterior indenização, em caso de dano.
- (A) Desapropriação.
  - (B) Requisição administrativa.
  - (C) Ocupação temporária.
  - (D) Posse administrativa.
  - (E) Preempção administrativa.
57. Assinale a alternativa correta em relação aos atos administrativos, poderes da Administração Pública, desvio e abuso de poder.
- (A) Na égide do poder de polícia, é concebível a instituição de taxa que tenha por fundamento o poder de polícia exercido por órgãos da administração correspondidos na noção de segurança pública.
  - (B) Em função da discricionariedade do poder público, em caso de interesse público, a Administração Pública pode ingressar na esfera da arbitrariedade.
  - (C) A possibilidade de suspensão de atividades lesivas ao meio ambiente em caso de greve e iminente risco para vidas humanas pode ser considerada como manifestação do poder de polícia administrativa e deverá se pautar pela observância da proporcionalidade, dentro dos limites legais.
  - (D) No exercício do poder de polícia, a concessão de licença pode ser considerada como ato discricionário.
  - (E) Uma das características do poder disciplinar é a autoexecutoriedade.
58. Assinale a alternativa correta quanto a Lei nº 9.784/99 que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal
- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
  - (B) A Administração Pública pode recorrer, imotivadamente, o recebimento de documentos.
  - (C) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
  - (D) O ato de delegação é irrevogável.
  - (E) A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior não é permitido.
59. Após concurso público realizado pelo Estado Gama, Miguel Amorim resta aprovado para o cargo em questão. Após tomar posse, inicia o seu estado probatório. Quanto a esta situação, marque a alternativa correta.
- (A) Caso Miguel receba ordens de seu superior que considere equivocadas, poderá deixar de aplicá-las, em nome do princípio da eficiência.
  - (B) Caso Miguel demonstre baixa produtividade em sua função, ele poderá ser exonerado, após o devido processo legal.
  - (C) Caso Miguel demonstre baixa produtividade em sua função, ele poderá ser realocado em um outro cargo, mais adequado aos seus interesses e particularidades.
  - (D) Miguel poderá ser considerado como servidor estável após dois anos de estágio probatório.
  - (E) Caso Miguel demonstre ao seu superior imediato que já realizou as funções que exercerá na atividade pública na iniciativa privada, estará ele dispensado do estágio probatório.



60. Imagine a seguinte situação: João e Maria são casados, não possuem filhos, nem ascendentes e, por intriga do destino, morrem em um desastre automobilístico.  
Com base na situação apresentada, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I - Caso João tenha morrido primeiro, os parentes colaterais de Maria serão chamados para suceder integralmente.
- II - Caso seja declarado que João e Maria morreram ao mesmo tempo, serão convocados os colaterais de ambos para recolher suas respectivas cotas hereditárias.
- III - Caso seja declarado que João e Maria morreram ao mesmo tempo, dissolve-se o vínculo sucessório entre si, e, por isto, a herança ficará para o Estado.
- (A) Apenas a alternativa I é verdadeira.  
(B) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.  
(C) Apenas as alternativas I e III são verdadeiras.  
(D) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras.  
(E) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
61. Desejando passar o São João em Caruaru, Miguel e Camila pediram o carro de Fabrício emprestado, comprometendo-se, solidariamente, a devolvê-lo em 7 dias. Ocorre que, Miguel, por não conhecer direito a estrada e estar acima do limite de velocidade permitido, perde o controle do carro, capotando diversas vezes. Nada sério aconteceu com Miguel e Camila, contudo, o carro ficou completamente destruído.  
Com base nestas informações, marque a alternativa correta.
- (A) Fabrício não terá como exigir o valor pecuniário do carro a qualquer um dos dois, pois a destruição do veículo não foi proposital.  
(B) Fabrício deverá exigir o equivalente pecuniário do carro a Miguel, uma vez que ele causou o acidente.  
(C) Fabrício poderá exigir o equivalente pecuniário do carro a qualquer um dos dois, não cabendo perdas e danos no caso apresentado.  
(D) Fabrício poderá exigir o equivalente pecuniário do carro e as perdas e danos a qualquer um dos dois.  
(E) Fabrício poderá exigir o equivalente pecuniário do carro a qualquer um dos dois, mas só poderá exigir perdas e danos de Miguel.
62. Assinale a alternativa correta sobre em que ocasião a prescrição, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, ocorre.
- (A) Vinte anos.  
(B) Quinze anos.  
(C) Dez anos.  
(D) Vinte e um anos.  
(E) Oito anos.

63. Em fevereiro de 2018, em decisão inédita, o Presidente da República decretou Intervenção Federal na Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. Sobre a situação em tela, assinale a afirmativa correta.
- (A) A decretação da intervenção federal afronta a Constituição brasileira de 1988, uma vez que a nomeação de um interventor das Forças Armadas fere o princípio democrático.
  - (B) O interventor escolhido pelo Presidente da República detém autonomia para tomar todas as medidas que julgue necessárias para a condução do governo do estado do Rio de Janeiro.
  - (C) Uma das principais características da Intervenção Federal é a da *temporariedade indefinida*, haja vista a possibilidade de manutenção da intervenção federal enquanto o interventor julgar necessário.
  - (D) A decretação da intervenção federal pode alcançar todos os órgãos, inclusive, o Poder Judiciário e a sua atividade jurisdicional.
  - (E) A União responde pelos danos que os atos do interventor causarem a terceiros, sem prejuízo da responsabilização do Estado ou do Distrito Federal pelos danos causados por atos praticados no desempenho das atribuições ordinárias da Administração Pública.
64. No ano de 2001, o Estado Y da Federação brasileira decide legislar de forma plena sobre o tema de produção e consumo, haja vista a União, até aquele momento, não ter regulado a temática. Em 2018, a União editou lei federal disciplinando normas gerais sobre a matéria em questão, estando a lei federal em conflito com a lei estadual em diversos dispositivos. Com base no texto acima, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei federal não terá aplicação no Estado Y, haja vista o Estado Y ter legislado de forma plena em virtude da falta da lei federal.
  - (B) A lei estadual do Estado Y será revogada integralmente, haja vista que, na hipótese de competência concorrente, prevalece a lei federal quando editada.
  - (C) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo.
  - (D) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
  - (E) Em função da competência dual do Estado brasileiro, as duas leis coexistirão normalmente, devendo os casos de conflitos serem solucionados pelo Supremo Tribunal Federal.

65. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta sobre o controle de constitucionalidade e as espécies normativas.
- I - As normas constitucionais derivadas estão submetidas ao controle de constitucionalidade concentrado, conquanto são produzidas no exercício do poder constituinte derivado.
- II - As leis complementares são caracterizadas pela sua natureza ontológico-formal, o qual indica que as matérias suscetíveis de tratamento pelas leis complementares são reservadas constitucionalmente.
- III - A ação direta de inconstitucionalidade é cabível para a impugnação de leis ordinárias de vigência temporária, enquanto mantiverem a sua existência jurídica.
- IV - A ação direta de inconstitucionalidade é cabível para obstar a tramitação de projeto de lei, com a alegação de descumprimento do regimento interno do respectivo órgão legislativo.
- (A) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.  
(B) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras.  
(C) Apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.  
(D) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.  
(E) Todas as alternativas são verdadeiras.
66. Assinale a alternativa correta em relação ao controle de constitucionalidade brasileiro, à ordem econômica e à ordem social previstos na Constituição de 1988.
- (A) A justiça social aparece na sociedade contemporânea como ditame da ordem econômica, que, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna.
- (B) O papel do Estado contemporâneo é o de agente propulsor da economia, reconhecendo-se a necessidade do Estado em fiscalizar, incentivar e planejar a economia.
- (C) Um dos pilares da ordem econômica é a necessidade do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento econômico.
- (D) Em virtude da sua importância no capitalismo moderno, pode-se afirmar que o capital constitui o fator produtivo de maior relevo, e, por isso, a Constituição possui diversas passagens dando preferência ao capital em detrimento do trabalho.
- (E) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é conferida às autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

67. Em ação de cobrança movida por Arlindo Orlando contra Caio Augusto, o autor solicitou o benefício da gratuidade da justiça, informando a insuficiência de recursos de sua parte para arcar com as despesas processuais, tendo, por isto, sido deferida a solicitação pelo juiz da causa. Ocorre que Caio Augusto conhece o autor da ação e tem conhecimento de que ele é um grande empresário, tendo diversos imóveis, bens e patrimônio em seu nome. Com base no texto acima, assinale a alternativa correta quanto a Caio Augusto.
- (A) Não terá o que fazer, pois o pedido da gratuidade já fora deferido pelo juiz da causa.
  - (B) Terá a possibilidade de impugnar o deferimento do pedido exclusivamente na contestação.
  - (C) Deverá utilizar do agravo de instrumento para pleitear a impugnação do deferimento do pedido da gratuidade da justiça.
  - (D) Poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica ou nas contrarrazões de recurso.
  - (E) Deverá fazer a impugnação por meio de petição simples, a ser apresentada quinze dias após o deferimento do pedido da gratuidade.
68. De acordo com o princípio \_\_\_\_\_, o Judiciário só age, em regra, quando provocado pelas partes; além disso, pelo princípio \_\_\_\_\_, o juiz deve tratar as partes com igualdade no processo; bem como, pelo princípio \_\_\_\_\_, deve, o juiz, priorizar a prestação da jurisdição julgando o mérito da ação, sempre que for possível, suprindo e sanando irregularidades processuais.
- Com base no texto acima, assinale a alternativa que, respectivamente, melhor preenche as lacunas.
- (A) da adstrição - do dispositivo - do livre convencimento motivado
  - (B) da inércia da jurisdição - da igualdade - do livre convencimento motivado
  - (C) da inércia da jurisdição - da isonomia - da primazia do mérito
  - (D) da adstrição - da congruência - da primazia do mérito
  - (E) da eventualidade - da igualdade - do impulso oficial
69. Assinale a alternativa correta quanto ao sistema tributário nacional e a competência tributária.
- (A) A competência tributária é, em regra, delegável, salvo nos casos de arrecadação, fiscalização ou execução de tributos.
  - (B) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
  - (C) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
  - (D) Os tributos, em regra, podem ser pagos em pecúnia, *in natura* ou *in labore*.
  - (E) Compete à União a instituição da alíquota do imposto devido em decorrência da realização de uma doação de bem imóvel mediante negócio realizado entre pessoas residentes no Brasil.
70. Imagine a seguinte situação hipotética: José, cigano, não possui domicílio civil nem eleitoral, não elegeu um domicílio tributário, não possui residência fixa e vive apenas de bicos esporádicos. Partindo desta premissa, assinale a alternativa correta.
- (A) Conforme previsto no CTN, José não tem outra opção a não ser escolher um domicílio tributário.
  - (B) José terá o domicílio tributário dos seus genitores; na falta destes, dos parentes consanguíneos mais próximos.
  - (C) José terá como domicílio tributário o lugar da situação de seus bens ou da ocorrência do fato gerador.
  - (D) Neste caso, o domicílio tributário de José será o da repartição da entidade tributante.
  - (E) Nesta hipótese, por exclusão, o domicílio tributário será o primeiro domicílio civil eleito por José.

